

### 3º Trimestre de 2013

#### 1. Conjuntura: estabilidade macro económica reforçada

A informação disponível para caracterizar o desempenho da economia de Angola no 3º trimestre de 2013 aponta, de forma consistente, no sentido do reforço do panorama de estabilidade macro económica que tem sido salientado em anteriores edições deste Boletim, nomeadamente no que se refere ao comportamento dos preços no consumidor (inflação), à evolução das reservas em divisas internacionais, à trajectória da taxa de câmbio e à tendência das variáveis monetárias.

##### **Inflação**

Há a registar a descida da inflação média dos últimos 12 meses terminados em Agosto para um nível inferior a 9% (8,97%), graças aos bons resultados do índice de preços verificados em Julho (+0,52) e em Agosto (+0,54).

Note-se que esta não é a primeira vez que a inflação média se situa abaixo de 9%, tal já se havia verificado em Janeiro último (8,90%); no entanto, variações mais expressivas do índice ocorridas em Fevereiro (+0,82) e em Maio (+0,87), tinham colocado o valor médio da variação do índice novamente acima de 9%.

Registe-se ainda que no período de Janeiro a Agosto a inflação acumulada se situa em 5,38%, o que, em circunstâncias normais, permite esperar um valor médio para o conjunto do ano abaixo de 9%, o que, caso ocorra, se traduzirá num novo registo histórico.

##### **Reservas em Divisas Internacionais**

Ainda que com algumas oscilações (por exemplo uma queda mais acentuada em Junho), a posição líquida das reservas oficiais em divisas internacionais mantém uma evolução positiva, registando no final de Julho um saldo de USD 33.368 milhões, valor que é superior em USD 2.736 milhões ao que se verificava no final de 2012, e corresponde a cerca de 8 meses de importações de bens e serviços.

## **Taxa de Câmbio**

A taxa de câmbio USD/KWZ evidenciou no decurso do trimestre alguma oscilação que, não colocando em causa o quadro de estabilidade geral, poderá no entanto ter deixado dúvidas quanto ao prosseguimento da trajectória de ajustamento deslizante que se tinha observado ao longo do 1º semestre (bem como ao longo do ano anterior).

Assim, depois de a taxa de câmbio média no mercado primário - das transacções entre o BNA e o sistema bancário – ter em Julho sido de 96,525 (tinha sido de 95,825 em Dezembro de 2012, recorda-se), em Agosto assistiu-se a uma apreciação do KWZ, expressa numa taxa média de 96,445.

Já em Setembro a evolução é novamente no sentido de uma depreciação do KWZ face ao USD. A 30 de Setembro a taxa média cifrava-se já em 97,39.

Esta evolução recente e mais errática da taxa de câmbio USD/KWZ está relacionada com a entrada em vigor, a partir de 1 de Julho, do novo regime cambial aplicável às empresas petrolíferas, o qual exige que essas empresas efectuem os seus pagamentos no mercado doméstico (de serviços prestados por entidades residentes) através dos bancos residentes e em moeda nacional. Por sua vez, o pagamento dos impostos do sector petrolífero ao Estado continua a ser feito em USD mas, desde Maio de 2013, via bancos residentes.

O BNA também procedeu à alteração da metodologia de cálculo da taxa de câmbio de referência do mercado, apurada com base nas transacções diárias reportadas pelas instituições bancárias, as quais reflectem, de forma abrangente, o custo das operações com o exterior do país, relacionadas com a importação de bens e serviços.

A nova taxa de referência tem mostrado alguma apreciação quando comparada à taxa de câmbio do mercado primário: por exemplo, em Agosto a média das taxas de referência foi de 95,910, contra 96,445 da taxa média do mercado primário.

Neste contexto verificou-se um significativo incremento da oferta de divisas no mercado, reduzindo a necessidade de recurso ao BNA para satisfazer a procura de divisas. O aumento da oferta de divisas é reflectido no aumento da posição cambial longa do sector, tendo o rácio atingido 25% dos fundos próprios regulamentares – acima do limite de 20% - no 1º mês de entrada em vigor desta nova fase do regime cambial.

No mês de Agosto a venda de divisas pelo BNA ao sistema bancário caiu para USD 1.265.388 milhares, valor que é inferior em 35% ao verificado no mês anterior, inferior em 24% à média das vendas nos primeiros 7 meses e inferior em 15,7% ao montante vendido em Agosto de 2012.

Apesar da quebra verificada em Agosto, a venda de divisas pelo BNA nos primeiros 8 meses do ano ascendeu a USD 12.899.888 milhares, montante superior em 10,5% ao montante vendido no mesmo período de 2012.

Não deixa de se notar, a este respeito, que a valorização da taxa de câmbio real do KWZ que tem vindo a observar-se depois dos ajustamentos efectuados em 2009, tem propiciado inegáveis vantagens para a estabilidade macro económica, favorecendo o controlo da inflação e estimulando a procura de moeda nacional, dessa forma contribuindo para ancorar as expectativas dos agentes económicos e encorajando as decisões de investimento.

Mas existe um reverso da medalha nesta política: um excessivo prolongamento da valorização real da moeda nacional poderá, no médio/longo prazo, produzir efeitos nocivos sobre a economia e em especial dificultar a estratégia de diversificação económica uma vez que, ao favorecer a procura de bens importados, acabará por penalizar o investimento nos sectores não petrolíferos.

### **Variáveis Monetárias**

No desempenho das variáveis monetárias cabe salientar o andamento bastante moderado do crédito bancário à economia nos primeiros 7 meses do ano, com uma variação de +3,8%, sendo de +9,9% para o crédito às empresas públicas e de +3,5% para o crédito ao sector privado.

Merece ainda destaque a crescente importância do crédito expresso em Moeda Nacional (MN), em detrimento do crédito em Moeda Estrangeira (ME): nos primeiros 7 meses do ano o crédito à economia em MN aumentou 9,5% enquanto o crédito em ME diminuiu 3,7%.

Em resultado desta evolução, o saldo do crédito bancário à economia em MN que no final de 2012 representava 56,6% do total, em 31.07.2013 representava já 59,7%.

A estabilidade cambial e as medidas adoptadas pelo BNA no sentido de incentivar a utilização do KWZ nas operações de crédito a residentes explicam certamente esta evolução.

No que se refere à evolução dos depósitos, registou-se no mesmo período uma evolução positiva nos depósitos à Ordem (D/O) e a Prazo (D/P), tanto em MN como em ME, embora mais acentuada nos depósitos em MN.

Assim, no caso dos D/O e dos D/P em MN, o aumento foi de 13% e de 7,3%, respectivamente.

Quanto dos depósitos em ME, os D/O aumentaram 1,4% e os D/P 1,6%.

O andamento moderado do crédito, em especial, deverá reflectir o grau relativamente baixo da execução orçamental no capítulo das despesas de investimento, que foi observado ao longo do 1º semestre do ano, com implicações na menor actividade e em menores necessidades de financiamento por parte das empresas, tanto privadas como públicas.

Admite-se como provável uma aceleração da actividade nos últimos meses do ano, impulsionada por um maior ritmo da despesa pública em projectos de investimento, como de resto foi salientado pelo Comité de Política Monetária do BNA (CPM/BNA) na sua última reunião (30 de Agosto).

Neste contexto económico e monetário, a decisão do CPM/BNA de reduzir em 0,25 p.p. a Taxa Básica de Juro (de 10% para 9,75%), a Taxa da Facilidade Permanente de Cedência de Liquidez (de 11,25% para 11%) e a Taxa da Facilidade Permanente de Absorção de Liquidez (de 1% para 0,75%), afigura-se lógica e inteiramente justificada.

## **2. Nova regulamentação das operações cambiais relativas a Invisíveis Correntes**

### **2.1 Nota Prévia**

Foi publicado no Diário da República de 6 de Agosto último o Aviso nº13/13 do BNA, aprovando nova regulamentação das operações cambiais relativas a Invisíveis Correntes.

Atento o elevado interesse deste assunto, insere-se nesta edição do Boletim uma referência aos aspectos mais relevantes desta regulamentação.

Conforme salienta o breve preâmbulo do Aviso, esta regulamentação “visa conferir maior eficiência e flexibilidade à realização de pagamentos e transferências para o exterior, alinhando-os à nova conjuntura económica”.

O objecto do Aviso (artigo 1º) é “estabelecer as regras e procedimentos a observar na realização dos actos, negócios ou transacções relacionados com viagens e transferências correntes, bem como o pagamento de serviços e rendimentos, quando se efectuarem entre o território nacional e o estrangeiro ou entre residentes e não residentes”.

### **2.2 Conceito de Invisíveis Correntes e tipos de operações; a obrigatoriedade de intermediação financeira**

O Aviso define (artigo 3º, nº10) as operações de Invisíveis Correntes como “as transacções correntes que não sejam de mercadorias, nomeadamente relativas a viagens e transferências de natureza corrente, pagamento e recebimento de serviços e de rendimentos, quando se efectuarem entre o território nacional e o estrangeiro ou entre residentes e não residentes, cujo prazo de vencimento não seja superior a 360 dias”.

Esclarece-se que, conforme disposto no artigo 26º, as operações de invisíveis correspondentes a serviços cuja liquidação não seja efectuada no prazo de 360 dias a contar da data da prestação do serviço, ficarão sujeitas a licenciamento do BNA ao abrigo da regulamentação sobre operações de capitais.

Nos termos desta nova regulamentação, as operações de Invisíveis são divididas em duas classes (tipos), a saber (art. 4º): (i) viagens e transferências e (ii) serviços e rendimentos.

Cada uma destas classes tem regulamentação separada neste Aviso, a de viagens e transferências na Secção I (artigos 13º a 17º) e a dos serviços e rendimentos na Secção II (artigo 18º), ambas do Capítulo II.

A realização de operações cambiais relativas a Invisíveis Correntes compete exclusivamente às instituições financeiras autorizadas pelo BNA a exercer o comércio de câmbios (artigo 5º).

### **2.3 Regras para sujeição a licenciamento prévio do BNA**

Aspecto importante desta regulamentação é a delimitação entre as operações que estão sujeitas a licenciamento prévio do BNA e as que podem ser efectuadas com dispensa desse licenciamento (desde que se apresentem devidamente documentadas, como estabelece o artigo 8º e nos termos explicitados no Anexo ao Aviso).

Esta delimitação é feita em primeiro lugar em função do tipo de operação e, dentro de cada tipo, em função do respectivo montante (normalmente por valor acumulado em cada ano civil), como a seguir se verá.

#### **2.3.1 Transacções de Serviços/ transferência de rendimentos**

Segundo o artigo 10º do Aviso (Transacções Sujeitas a Licenciamento), ficam sujeitas a licenciamento do BNA as seguintes transacções de **Serviços**:

- Actos, negócios ou contratos de **Serviços** de montante superior a KWZ 300 milhões (ou o equivalente noutra moeda), cujos ordenadores sejam empresas prestadoras de serviços ao sector petrolífero, devidamente registadas ou com contrato-programa celebrado com o Ministério dos Petróleos;
- Outros actos, negócios ou contratos de **Serviços** de montante superior a KWZ 100 milhões (ou o equivalente noutra moeda);

No que se refere a transferências de rendimentos de aplicações financeiras e de capitais, estão sujeitas a licenciamento qualquer que seja o seu montante, o mesmo regime sendo aplicável a reembolsos devidos pela anulação de contratos e por pagamentos indevidos.

Importa ainda esclarecer que no caso de existirem pagamentos referentes a contratos de serviços que tenham o mesmo ordenador e o mesmo beneficiário e que sejam efectuados ao longo de um ano, esses pagamentos serão considerados, nos termos do Aviso, como parcelas de um mesmo contrato, ficando sujeitos a licenciamento caso a soma das parcelas, dentro do mesmo ano, ultrapasse os limites atrás referidos (artigo 10, nº2).

### **2.3.2 Operações relativas a viagens e transferências**

Para estes casos, os valores limite acima dos quais é exigido licenciamento prévio do BNA são os seguintes (artigo 16º):

- Despesas de viagens efectuadas por pessoas singulares residentes, maiores de 18 anos, o valor limite é de KWZ 25 milhões (ou o equivalente noutra moeda), quando ordenadas ou efectuadas em nome da mesma pessoa e dentro do mesmo ano civil;
- No caso de despesas de viagem efectuadas por pessoas singulares residentes, menores de 18 anos, o limite cumulativo em cada ano civil é de KWZ 6 milhões (ou equivalente noutra moeda);
- Para as transferências de apoio familiar, como as contribuições de classe e outras transferências privadas, o valor limite em cada ano civil é de KWZ 12 milhões, só podendo ser ordenadas por pessoas singulares residentes com mais de 18 anos de idade;

Para operações relativas ao pagamento de despesas de saúde e de educação não existe qualquer limite, estando pois dispensadas de licenciamento desde que os pagamentos sejam efectuados directamente aos estabelecimentos de saúde ou de ensino (e estejam devidamente documentados segundo as instruções do Anexo ao Aviso).

### **2.4 Meios de pagamento utilizáveis (artigo 17º)**

Quanto aos instrumentos de pagamento utilizáveis na liquidação das operações de Invisíveis Correntes o Aviso menciona (i) a ordem de pagamento, (ii) o cartão electrónico de pagamento internacional, (iii) o cheque nominativo (não endossável), (iv) as notas e moedas e (v) outros meios de pagamento de natureza análoga.

Também será permitida a transferência de valores para conta do ordenador domiciliada no exterior do País, quando se destine ao pagamento de despesas de viagem e dentro dos montantes referidos no Aviso.

### **2.5 Tipos de serviços e rendimentos (art. 18º)**

As transacções susceptíveis de ser inseridas nesta classe devem ter por base actos ou contratos de natureza comercial (pública ou privada) e podem corresponder aos seguintes tipos de serviços: (i) de Governo, (ii) de transporte, (iii) de comunicações, (iv) de construção, (v) de seguros, (vi) financeiros, (vii) de informática e informação, (viii) outros serviços empresariais, (ix) serviços pessoais, culturais, desportivos e recreativos, (x) direitos de marcas e patentes e (xi) remunerações de trabalhadores.

São ainda considerados nesta classe os pagamentos referentes a rendimentos de capitais e de aplicações financeiras.

No caso dos Serviços, são permitidos pagamentos antecipados, desde que previstos no contrato e não ultrapassem 15% do valor do mesmo contrato.

## **2.6 Operações de não Residentes cambiais (artigo 19º)**

O Aviso contempla ainda os não residentes cambiais que se encontrem no País ao abrigo de contrato de trabalho ou de outro tipo de vínculo profissional, aos quais é permitido, uma vez cumpridas as obrigações fiscais no País, adquirir ME e transferir para o exterior os rendimentos dos salários ou de outras remunerações contratuais, as quais deverão ser depositadas pela entidade contratante em contas bancárias de não-residentes, mediante apresentação da documentação mencionada no Anexo ao Aviso.

As operações de compra de ME e transferência para o exterior deverão ser realizadas na instituição financeira em que estiver domiciliado salário ou outra remuneração.

### **Disclaimer**

Principais fontes de informação: BNA e FMI.

As observações que se encontram expressas neste documento acerca do significado da informação objectiva nele apresentada não constituem opinião do Banco BAI Europa, reflectindo exclusivamente a opinião das pessoas responsáveis pela elaboração do texto.